



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA: O ESTADO DA ARTE

Sueli Melo Silva
(UESB)³²²

RESUMO

Este estudo discute a discriminação racial nas escolas públicas de Vitória da Conquista, nas décadas de 60 e 70, analisadas sob o ponto de vista do aluno negro, observando através de sua fala, até que ponto ele percebia a discriminação racial na escola e de que forma reagia a ela. A partir da revisão bibliográfica de obras que abordam o referido tema e da análise de documentação oral - entrevistas - este trabalho tem por objetivo analisar o comportamento de crianças e adolescentes negros que passaram por situações envolvendo discriminação racial, percebendo quais as implicações que as mesmas causam no desenvolvimento destes jovens. Constatou-se que o racismo estava presente no cotidiano do aluno negro, interferindo em todos os aspectos de sua vida, ou seja, no seu desenvolvimento social, intelectual, emocional, entre outros. Este trabalho procura levantar a discussão das relações raciais, principalmente a discriminação, pelos quais passaram os alunos negros e não negros, inseridas no sistema educacional público em Vitória da Conquista, nas décadas citadas acima, tendo em vista que, *a priori*, eles parecem não terem existido, vindo à tona apenas quando se faz um estudo mais aprofundado do tema. Visa, também, identificar o que ocorreu no ambiente escolar em Vitória da Conquista, através da fala dos próprios alunos, em consonância com os estudos teóricos existentes até então a respeito do tema, procurando acabar com o silêncio, o descaso e a omissão dos envolvidos no processo educacional de Vitória da Conquista, do referido período, bem como, detectar de que forma tais problemas raciais ou parte deles continuam a se manifestar e a espalhar seu ranço na escola atual. Este estudo é o início das reflexões acerca das desigualdades raciais, que ocorreram nos estabelecimentos escolares no município de Vitória da Conquista, nas décadas de 60 e 70, podendo contribuir como um alerta a todos os envolvidos na busca de alternativas que reverta este quadro também na atualidade.

³²²Graduada em História pela UESB, pós-graduada em Educação, Cultura e Memória pelo Museu Pedagógico - UESB e orientanda da Prof^ª. Dr^ª. Ana Palmira B. S. Casimiro (UESB). E-mail: su.melo@ig.com.br.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

INTRODUÇÃO

Pesquisar as relações étnico-raciais no Brasil, principalmente as que envolvem o sistema educacional, é de suma importância para promover uma escola que se preocupe com uma educação de qualidade, com direitos iguais e compromisso com o cidadão.

Ainda hoje, no Brasil, negros e mulatos, continuam sendo discriminados pelo homem não negro. Em diferentes momentos e sob diferentes justificativas, ainda são tratados como seres inferiores em função de sua cor e etnia.

No final do século XIX, o negro livre defrontou-se com o imigrante europeu, valorizado pelos donos das terras como mão-de-obra mais eficiente. O emigrante simbolizava a idéia de progresso, enquanto o negro representava o atraso. O negro passa a ser definido, pelas novas teorias científicas, como incapaz para o trabalho livre e responsável pela desordem social e pelo crime.

Lilia Moritz Schwarcz, em seu livro *O Espetáculo das Raças*, faz uma análise das doutrinas racistas que circularam no Brasil nos finais do século XIX. Segundo Schwarcz (2005, p.17):

[...] interessa compreender como o argumento racial foi política e historicamente construído nesse momento, assim como o conceito de *raça*, que além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação sobretudo social. O termo *raça*, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise.

Nas décadas de 30 e 40, continuamos a buscar o ideal de homem brasileiro. A obra de Gilberto Freyre: *Casa Grande & Senzala*, percorre o mundo levando



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

notícias do submundo colonial povoado por negros, mulatos, índios e judeus. A publicação de seu livro ampliou o debate para além da idéia de que o mestiço simbolizava atraso. Freyre defendia a idéia de que o encontro das três raças havia resolvido o problema racial brasileiro. Segundo Freyre, o brasileiro estava a caminho de produzir uma nova raça através da miscigenação, sendo isto visto como um aspecto positivo para o progresso do Brasil. Assim, Gilberto Freyre (1999, p.443) cria a teoria da democracia racial

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se construiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo da contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado.

A principal preocupação da obra de Gilberto Freyre, segundo Octavio Ianni (1988), é “encontrar o que seria o caráter nacional de uma sociedade que as classes dominantes sempre pensaram como mestiça”. Freyre e os intelectuais de sua geração, sempre estiveram preocupados com a miscigenação e os entraves ou possibilidades que esta mistura de raças pudesse trazer para o progresso do país. Em seu livro *Escravidão e Racismo*, Ianni (1988, p.112) faz a seguinte colocação a respeito do mito da democracia racial:

Desde o término da escravatura, em 1888, instaurou-se na consciência das classes dominantes no Brasil uma preocupação persistente, aberta ou dissimulada, com a europeização e o branqueamento da sociedade brasileira. Foi no interior dessa corrente de pensamento que se formou a preocupação com a singularidade, a originalidade e o caráter positivo da mistura racial que havia resultado da escravidão. Foi essa corrente de pensamento que conferiu legitimidade científica e



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

ideológica à miscigenação; que encontrou na mistura racial o segredo do 'ethos brasileiro'; e transformou o mito da democracia racial num dos núcleos da ideologia dominante, nas relações de dominação-apropriação internas e na imagem diplomática do país no exterior.

A negação do preconceito e da discriminação racial, disseminada pelo mito da democracia racial no Brasil dificultou a percepção dos mesmos por boa parte da população negra. A ausência da discussão do problema, por parte das famílias, das escolas e da sociedade, em geral, cria uma visão limitada do preconceito, impedindo que, desde criança, o segmento negro tenha uma visão crítica do problema, para que assim possa combatê-lo e construir uma auto-imagem e auto-estima favorável.

Na Era Vargas, a discriminação política e racial marcou o cotidiano brasileiro, sobretudo no Estado Novo. O poder exigia "ordem" mantida à custa de repressão. Revolucionários, grevistas, comunistas, negros, mulatos, etc., todos colocavam em perigo a ordem racial, política e cultural do Brasil. Neste contexto, os fascistas foram bem vindos em alguns estados do Brasil. Em 1934, a Ação Integralista Brasileira (Partido Nacional Fascista), divulgava seu programa político defendendo o fortalecimento da raça através do controle de todos os males sociais e raciais. (CARNEIRO, 1997).

Entre 1946 e 1964, a educação brasileira contou com a atuação de educadores do porte de Anísio Teixeira e Paulo Freire, dentre outros, que deixaram seu legado na História da Educação, por suas realizações. Depois do golpe militar de 1964, muitos educadores foram perseguidos em função de seu posicionamento ideológico, sendo presos, exilados ou demitidos.

Em 1951, foi criada, por Gilberto Freyre e Afonso Arinos, uma lei que previa penalidades para atos de discriminação de cor e raça em lugares públicos. Esta lei ficou conhecida como a lei Afonso Arinos e admitia com clareza o racismo existente no Brasil. No nível legal, embora a coibição de manifestações de racismo seja



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

importante, ela não basta para transformar ideologias arraigadas no imaginário da população brasileira.

Em 1964 é instalada a ditadura militar, pelo golpe de abril de 1964. O caráter antidemocrático de sua proposta ideológica é marcado pelo autoritarismo, perseguição política, prisão e tortura dos que eram contrários ao regime.

Após a instalação da ditadura militar, observa-se uma aceleração no ritmo de crescimento da demanda social por educação, provocando uma crise no sistema educacional, servindo de justificativa para a assinatura dos acordos de cooperação técnica e financeira, assinados pelo MEC com a AID (Agency for international Development), conhecidos como MEC-USAID. Segundo Otaíza Romanelli. (1988, p.196).

[...] medidas práticas, a curto prazo, tomadas pelo governo, para enfrentar a crise, momento que se consubstanciou, depois no delineamento de uma política de educação que já não via apenas na urgência de se resolverem problemas imediatos, ditados pela crise, o motivo único para reformar o sistema educacional. Mais do que isso, o regime percebeu, daí para frente, por influência da assistência técnica dada pela USAID, a necessidade de se adotarem medidas para adequar o sistema educacional ao modelo do desenvolvimento econômico que então se intensificava no Brasil.

Neste período, observa-se a tendência à privatização do ensino e a ênfase no treinamento profissional e nos cursos de pós-graduação. A prioridade educacional, neste período, ficou para a formação de nível médio (técnico) e superior dos grupos que iriam ocupar a burocracia do Estado. Para Noronha. (1994, p. 231):

A política educacional expressava-se naquele momento dentro do quadro de controle ideológico da educação escolar, através da associação entre educação e pólo



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

produtivo (com as pesquisas sendo direcionadas para as demandas da acumulação capitalista). Isto ocorreu no interior da tendência progressiva à privatização do ensino.

Nas décadas de 70 e 80, surgem movimentos culturais com a intenção de discutir a condição dos negros e da cultura afro-brasileira, procurando conscientizar a população negra, como também denunciar a dominação política. Assim, Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (2004, p.95) define o movimento cultural negro deste período:

A questão cultural passa, assim, a ser introduzida nos debates dos movimentos negros seguindo outras orientações. O protesto racial deveria ser formulado “em todos os meios onde o negro vive”: partidos políticos, sindicatos, organizações religiosas, bairros, comunidades, nas escolas, e assim por diante.

Ainda na década de 80, estudos feitos em convênio com a Fundação Carlos Chagas, a Secretaria de Educação de São Paulo e o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, comprovavam que o rendimento escolar dos segmentos raciais brancos era bastante diferenciado do rendimento dos segmentos raciais negros. Os índices de repetência e exclusão eram superiores entre os estudantes negros. Também os negros que permaneciam na escola tinham uma trajetória irregular maior que a de estudantes brancos; o atraso escolar era menor entre os brancos e tendiam a aumentar à medida que aumentava a idade do aluno. (ROSEMBERG, 1987).

Estes dados chamam a atenção para a necessidade de se dar maior atenção ao processo educativo que se desenvolve em várias instâncias da convivência humana. É neste processo que se concretizam as falsas concepções a respeito do negro, que são também internalizadas pela própria população negra, o que

dificulta a construção de uma identidade positiva capaz de combater as concepções negativas criadas pela população não negra dominante.

A escola não fornece nenhum elemento que venha auxiliar a formação da identidade racial e, além disso, reforça, de forma negativa, alguns estereótipos que prejudicam o processo socializador, não havendo indicação de que a mesma esteja preparada para lidar com todos estes problemas.

Maria de Lourdes Teodoro (1987) destaca o processo de relação e confrontação de identidade de outros grupos étnicos, que permite a configuração da própria identidade grupal.

Para isso, é necessário que se crie um pacto com valores de todas as etnias brasileiras, apoiadas em material didático e pedagógico, em que todos que compõem a sociedade brasileira, tenham representadas suas imagens na execução de todos os tipos de tarefas que nossa cultura pressupõe e requer.

Para Conceição Correia das Chagas (1997, p.29) no livro, Negro, uma identidade em construção:

A escola que, para a criança é o início de inserção na sociedade já recebe a criança negra segregando-a. A mesma prática é percebida nas igrejas, centros de lazer, revistas infantis, enfim em todos os veículos de comunicação social.[...]. Os livros didáticos e a televisão continuam mantendo o padrão discriminatório, ou evidenciando em gravuras e textos a raça negra em desempenhos desvalorizativos ou simplesmente omitindo a figura do negro. A mesma prática ocorre nos murais dos corredores das escolas e salas de aula. Conclui-se que, alertando o dano que essa prática provoca contra o negro, especialmente a criança negra, em pleno momento de evolução, estaremos contribuindo para devolver ao negro o que lhe é constantemente negado – o direito de ser diferente.

A criança, para Célia Silva Barros (1988, p. 129), no decorrer de seu desenvolvimento, vai modificando suas reações emocionais, socializando e

expressando suas emoções. Na idade escolar, ela já controla ou mesmo disfarça suas reações:

Na meninice [...] suas emoções estão muito relacionadas com a afeição que a professora lhe dispensa e com sua posição entre os colegas. Nesse período, as notas, as classificações e a atenção do professor são causas de emoções. Vemos, portanto, que na meninice o indivíduo é suscetível de emocionar-se por causas sociais. Na adolescência, a suscetibilidade emocional já estará bastante socializada, isto é, o rapaz ou a mocinha apresenta emoções conforme seja satisfeito ou frustrado o seu desejo de aprovação social, principalmente por parte de elementos do seu grupo etário.

Ao atingir a maturidade, a criança e o adolescente negro terá, provavelmente, suas emoções relacionadas com o bem-estar ou mal-estar da parcela populacional da qual faz parte. Portanto, faz-se necessário conhecer a qualidade do processo de socialização, vivenciada pela criança em seu ambiente escolar ou familiar, pois, só assim, será possível saber em que medida a escola e a família estarão contribuindo para a construção de uma sociedade com um menor grau de discriminação e preconceitos entre negros e não negros e formando cidadãos com auto-reconhecimento e auto-aceitação positivos.

Na sociedade brasileira, onde predomina a visão negativa e preconceituosa a respeito do negro, e onde, ao contrário, se valoriza e identifica positivamente o não negro, é gerada na criança negra uma dificuldade em construir uma identidade positiva, por falta de modelos e pela enorme quantidade de estereótipos negativos sobre o negro. A criança negra interioriza, durante seu processo de formação, esta dualidade de desvalorização da sua etnia e valorização do “branco”, buscando, muitas vezes, o “embranquecimento” como forma de auto-afirmação social.

O silêncio que envolve essa temática no sistema educacional impede o desenvolvimento de relações étnicas positivas, favorecendo o entendimento “da

diferença como desigualdade e o negro como sinônimo de desigual e inferior”. (CAVALLEIRO, 2000).

Em um país como o Brasil, com alto grau de discriminação racial, onde negro é sinônimo de feio, fica difícil ser “atrativo” e construir uma auto-estima positiva dentro do seu convívio social. A discriminação racial no Brasil está presente em todos os setores da sociedade, entre eles na escola. Mas, para que ele seja percebido pela criança ou adolescente negro, é necessário um olhar crítico das próprias vítimas de racismo. O que só será possível com um trabalho sério envolvendo família, escola e a sociedade em geral.

É preciso que a sociedade e o sistema educacional reconheçam a questão da desigualdade racial, procurando acabar com o ritual pedagógico que exclui a história de luta dos negros, que impõe um ideal de egocentrismo “branco” e folcloriza a cultura negra. A escola não utiliza como instância mediadora da transmissão do saber as particularidades culturais dos alunos negros. Assim,

As práticas pedagógicas continuarão punindo as crianças negras que o sistema de ensino não conseguiu ainda excluir, aplicando-lhes o seguinte castigo: reclusão, ritualização em procedimentos escolares de efeito impeditivo, cujo resultado imediato é o silêncio da criança negra, a curto prazo, e do cidadão, para o resto da vida. (GONÇALVES, 1987, p. 29).

A escola pode levar à construção de indivíduos participantes ou conformados com a sociedade que a ele se apresenta. Se a família e a escola não se preocupam com as questões das convivências étnicas e raciais, estão colaborando para a formação de indivíduos preconceituosos e discriminadores que internalizarão representações preconceituosas a respeito da população negra, acabando por acreditar que estas atitudes são as mais corretas. Vale questionar qual tipo de cidadão está sendo formado nas escolas.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Portanto, a escola terá que enfrentar diversos desafios ao lidar com a questão da discriminação racial. O primeiro deles seria encontrar mecanismos de combate ao preconceito e discriminações raciais na família e na escola. A segunda, seria elaborar propostas curriculares e educacionais para o enfrentamento das questões raciais a partir da pré-escola. Em terceiro, a necessidade de se elaborar novas propostas e material didático para enfrentar o problema e, em quarto, exigir a formação de uma identidade negra positiva que se construa na relação com o não negro e no reconhecimento das diferenças.

REFERÊNCIAS

- BARROS, C. S. G. **Pontos de Psicologia do Desenvolvimento**. 3ª edição, São Paulo: Ed. Ática, 1988. pg. 129-130.
- CARNEIRO, M. L. T. **O racismo na História do Brasil – Mito e realidade**. 5ª Edição. São Paulo: Ed. Ática. 1997.
- CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.
- CHAGAS, C. C. **Negro, uma identidade em construção**. 2ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. 36ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999
- GONÇALVES, L. A. O. **Reflexão sobre a particularidade cultural na educação de crianças negras**. In: ROSEMBERG, Fulvia; PINTO, Regina Pahim (org). **Raça Negra e Educação**. São Paulo: Nov/1987, Cadernos de Pesquisa nº 63.
- _____ e SILVA, P. B. G. **O Jogo das diferenças**. O multiculturalismo e seus contextos. 3ª edição. Belo horizonte: Autêntica. 2004
- IANNI, O. **Escravidão e Racismo**. 2ª edição. São Paulo. Ed. Hucitec, 1988.
- NORONHA, M. O. A luta pela ampliação das oportunidades escolares (1950-1990). In: XAVIER, M. E. (org). **História da Educação: A escola no Brasil**. São Paulo. FTD. 1994. P. 206 a 304.
- ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis. 1988
- ROSEMBERG, F; PINTO, R. P. (org). **Raça Negra e Educação**. São Paulo: Nov/1987, Cadernos de Pesquisa nº 63.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil-1870-1930**. São Paulo. Companhia das Letras. 2005.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

TEODORO, M. L. **Identidade, Cultura e Educação**. In: ROSEMBERG, F; PINTO, R. P. (org). *Raça Negra e Educação*. São Paulo: Nov/1987, Cadernos de Pesquisa nº 63.